

IMESC SEPE



ISSN 2595-217X

COMÉRCIO

VAREJISTA

Publicação bimestral sobre o comportamento do comércio varejista restrito e ampliado maranhense e brasileiro, através da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE. Tem como público público-alvo principalmente Secretarias de Estado, comerciantes, lojistas e terceiro setor.

WWW.IMESC.MA.GOV.BR

PERIODICIDADE: **BIMESTRAL**
MAIO 2021

GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO
Flávio Dino de Castro e Costa

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO
Carlos Orleans Brandão Junior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
Luis Fernando Silva

**PRESIDENTE DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E
CARTOGRÁFICOS**
Dionatan Silva Carvalho

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTOGRÁFICOS
Luiz Jorge Bezerra Dias

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS
Hiroshi Matsumoto

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS POPULACIONAIS E SOCIAIS
Talita de Sousa Nascimento Carvalho

DEPARTAMENTO DE CONTAS REGIONAIS E FINANÇAS PÚBLICAS
Anderson Nunes Silva

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS REGIONAIS E SETORIAIS
Geilson Bruno Pestana Moraes

COORDENAÇÃO
Departamento de Estudos Regionais e Setoriais

ELABORAÇÃO
Geilson Bruno Pestana Moraes
Leonardo Vinícius Cruz Moraes

REVISÃO DE LINGUAGEM
Yamille Priscilla Castro

NORMALIZAÇÃO
Dyana Pereira

APRESENTAÇÃO

O Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) apresenta a Nota Bimestral de Conjuntura Econômica sobre o Comércio Varejista referente a maio de 2021. Esta Nota propõe-se a fazer uma discussão acerca do comércio varejista nacional e estadual, baseando-se nos resultados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), a partir do volume de vendas e sua evolução mensal e interanual.

A PMC não detalha as atividades do comércio varejista maranhense. Contudo, por meio da metodologia da pesquisa disponibilizada pelo IBGE, é possível verificar o comportamento dessas atividades mediante indicadores como o de mercado de trabalho (Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Utilizou-se também outros dados como a Pesquisa de Endividamento do Consumidor, realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, que objetiva caracterizar o perfil da dívida e da inadimplência dos brasileiros.

<p>RESTRIT</p>	<p>Var. mensal: +1,4% Interanual: +16,0% Acumulado no ano: +6,8%</p>	<p>Confiança do comércio maio/2021: 93,9 Confiança do consumidor maio/2021: 76,2</p>	<p>Endividamento maio/2021: 68,0% Inadimplência maio/2021: 24,3%</p>

ABRANGÊNCIA NACIONAL

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE) (**Tabela 1**), o volume de vendas do comércio varejista restrito teve alta de 1,4% em maio na comparação com o mês anterior. Trata-se do segundo aumento consecutivo do índice (em abril, a variação foi de 4,9%). No interanual o crescimento foi de 16,0% e, no acumulado no ano, a taxa foi de 6,8%. Destaca-se, ainda, que o volume de vendas do comércio varejista já superou em 3,9% o patamar pré-COVID-19.

Em relação às atividades, “artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria” foi a única que caiu mensalmente, variando negativamente 1,4%. Das que

tiveram alta, destacou-se “tecidos, vestuário e calçados”, com aumento de 16,8%.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, somente “hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo” teve queda (-4,1%). O desempenho destoante dos demais pode ser explicado pelo fato de a atividade ter uma base de comparação muito forte no ano 2020, por ser classificada como essencial. Nesse sentido, com a reabertura das demais atividades, houve uma desconcentração de vendas desse segmento em direção a outros. No acumulado no ano, “livros, jornais, revistas e papelaria” chama atenção com a taxa negativa de 27,3%.

Tabela 1 - Brasil: Variação (%) mensal, interanual e acumulado no ano do volume de vendas do comércio varejista restrito e ampliado por atividades (Base fixa 2014 = 100)

ATIVIDADES	Mensal	Interanual	Acumul. no ano
	MAIO	MAIO	JAN. – MAIO
COMÉRCIO VAREJISTA RESTRITO	1,4	16,0	6,8
Combustíveis e lubrificantes	6,9	19,7	2,5
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios bebidas e fumo	1,0	-4,1	-2,6
Tecidos, vestuário e calçados	16,8	165,2	26,2
Móveis e eletrodomésticos	0,6	22,5	15,0
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-1,4	18,8	16,7
Livros, jornais, revistas e papelaria	1,4	59,4	-27,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	3,3	32,7	6,4
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	6,7	59,8	33,8
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	3,8	26,2	12,4
Veículos e motos, partes e peças	1,0	71,9	26,3
Material de construção	5,0	25,7	25,6

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Comércio

Quanto ao varejo ampliado, similarmente houve alta no mês de maio (3,8%) e também o segundo aumento subsequente. Da mesma forma que o varejo restrito, o volume de vendas do varejo ampliado se encontra em patamar superior ao nível pré-COVID em 1,6%. Ambas as atividades que o compõem tiveram crescimento, porém o maior

registrado foi em “material de construção”, que apresentou taxa de 5,0%.

No acumulado no ano, tanto “veículos e motos, partes e peças” como “material de construção” revelam resultados positivos de 26,3% e 25,6%, respectivamente

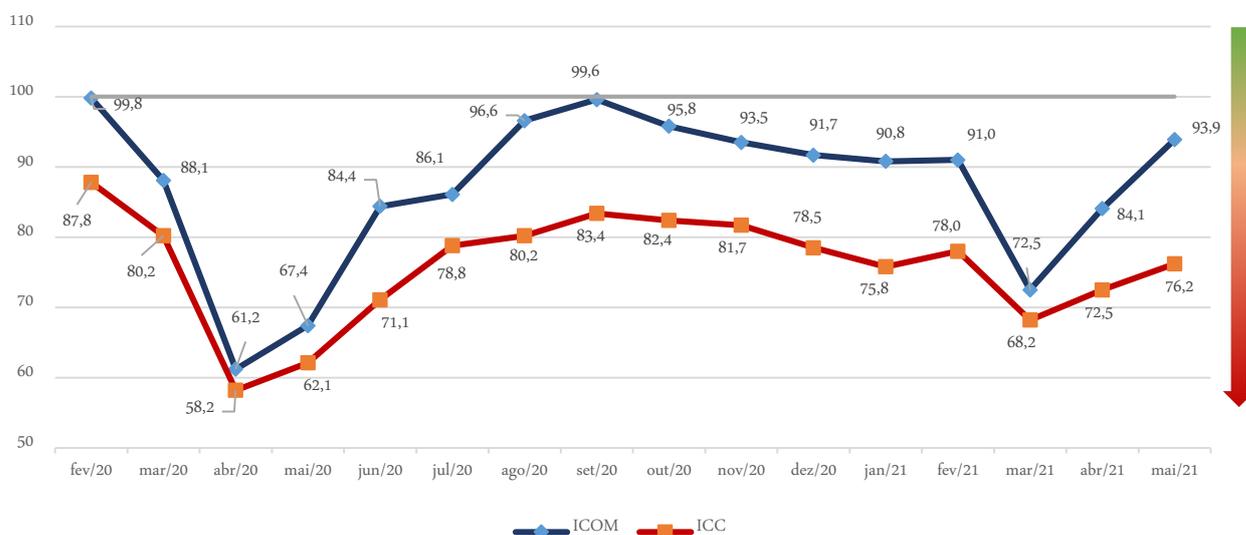
Confiança do Comércio e do Consumidor

O Índice de Confiança do Comércio (ICOM) (**Gráfico 1**) teve a segunda alta seguida no mês de maio, atingindo 93,9 pontos, um aumento de 11,7% em relação ao mês anterior. Em abril, o indicador estava nos 84,1 pontos. Apesar da queda em março, provocada pelo recrudescimento da pandemia, o índice se recuperou e atingiu a maior alta do ano.

O resultado do índice mostra que, mesmo com a persistência da pandemia no país, há uma expectativa de

melhora da economia diante da diminuição das medidas restritivas e do avanço da vacinação. Além disso, o retorno de programas, como o Benefício Emprego e Renda (BEm) e o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE), pode ajudar o comércio a se recuperar dos prejuízos advindos do primeiro trimestre, quando houve a segunda onda de COVID-19.

Gráfico 1 - Brasil: Índice de Confiança do Comércio (ICOM) e Índice de Confiança do Consumidor (ICC)



Fonte: FGV/IBRE

Já o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) (**Gráfico 1**) chegou aos 76,2 pontos em maio, uma alta de 5,1% contra o mês de abril, em que obteve 72,5 pontos. Apesar do aumento entre os meses, o crescimento não foi o suficiente para compensar a queda de 12,6% de fevereiro para março. O desempenho do índice mostra que o consumidor, embora tenha melhorado seu sentimento em relação à economia, ainda está abaixo do nível de otimismo registrado em fevereiro de 2021.

Alguns fatores podem ajudar a entender a baixa confiança do consumidor, como o menor valor do Auxílio Emergencial e o aumento da inflação. Além disso, tem-se o aumento do endividamento e da inadimplência (seção seguinte), que compromete consideravelmente o orçamento e deixa o consumidor pessimista quanto ao gasto futuro.

Endividamento e inadimplência

Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC/CNC) (**Gráfico 2**), 68,0% das famílias estavam endividadas no mês de maio, o sexto aumento consecutivo.

Dentre os que se declararam endividados, a maioria (29,3%) se disse “pouco endividada”, o que pode

indicar um endividamento mais responsável, mas ainda assim preocupante, haja vista o crescimento da inadimplência. Dentre os tipos de dívida, o cartão de crédito segue sendo o principal, correspondendo a 80,9% da dívida das famílias, quantidade que se manteve estável em relação a abril.



Fonte: CNC – Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)

Também houve alta na quantidade de famílias com conta em atraso, que subiu em maio para 24,3% na comparação com o mês anterior. Mesmo que o aumento em relação a abril tenha sido de apenas 0,1 ponto percentual, o fato de ter interrompido uma sequência de

oito meses consecutivos de queda na taxa é um alerta de possível aumento da inadimplência nos próximos meses, ainda mais ao se considerar o aumento do endividamento das famílias.

 RESTRIT	Var. mensal: +0,9% Interanual: +23,6% Acumulado no ano: +12,5%	 Saldo líquido de empregos no varejo de jan./2021 a maio/2021: 2.970	 Variação interanual (jan. a maio) de emplacamentos: 42%
---	---	---	---

ABRANGÊNCIA ESTADUAL

No Maranhão, o volume de vendas do varejo restrito (**Tabela 2**) cresceu 0,9% no mês de maio em relação a abril. O estado teve o segundo aumento consecutivo, sendo que no mês anterior a alta foi de 2,7%. Na comparação interanual, o desempenho foi de 23,6%, que se explica pela fraca base de

comparação, como se deu no país e na maioria das UF. O principal resultado foi mostrado no acumulado no ano, onde o Maranhão mostrou alta de 12,5%. Além disso, o volume de vendas do varejo estadual restrito se encontra 7,3% acima do nível pré-pandemia.

Tabela 2 - Maranhão: Variação (%) mensal, interanual e acumulado no ano do volume de vendas do comércio varejista restrito e ampliado. Base fixa 2014 = 100

Varejo Restrito			
U.F.	Mensal	Interanual	Acumulado no ano
	MAI	MAI	JAN-MAI
Brasil	1,4	16,0	6,8
Maranhão	0,9	23,6	12,5
Varejo Ampliado			
U.F.	Mensal	Interanual	Acumulado no ano
	MAI	MAI	JAN-MAI
Brasil	3,8	26,2	12,4
Maranhão	3,2	39,3	21,1

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Comércio

Referente ao varejo ampliado, o estado cresceu 3,2% em maio perante o mês anterior. Assim como no varejo restrito, o varejo ampliado teve o segundo mês de aumento (em abril a taxa foi de 7,2%) e o volume de vendas se encontra no patamar 13,4% do pré-pandemia.

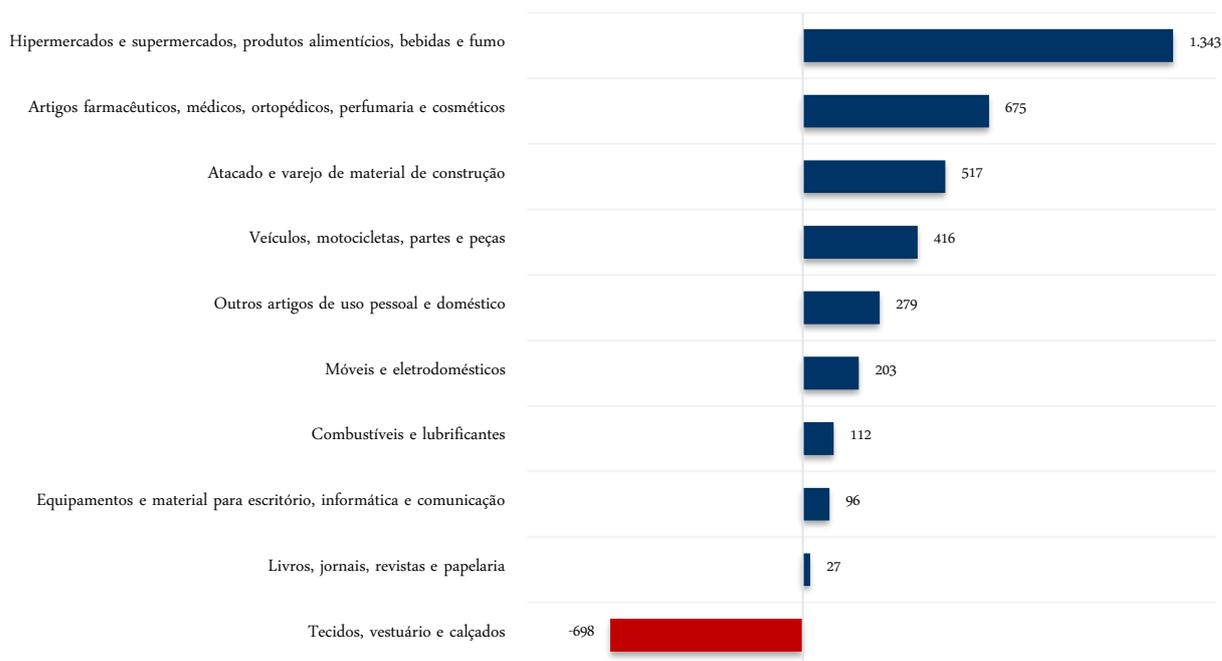
Evidencia-se a taxa no acumulado no ano, cujo crescimento foi de 21,1%. Ao se comparar as taxas mensais e a do acumuladas do ano obtidas pelo varejo restrito e pelo varejo ampliado, nota-se a importância das atividades “veículos e motos, partes e peças” e “material de construção” no setor ao longo de 2021 até então.

Saldo de empregos no varejo ampliado maranhense

Observando somente as atividades que compõem a Pesquisa Mensal de Comércio, no acumulado no ano até maio, a atividade “hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo” continuou sendo a principal na geração de empregos formais no

Maranhão, com saldo de 1.343 admissões, 45,3% do total (**Gráfico 3**). Em seguida, tem-se “artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos” com 675 contratações, acompanhado de “atacado e varejo de material de construções” com 517 admissões.

Gráfico 3 - Maranhão: Saldo de empregos formais das atividades da PMC de janeiro a maio de 2021



Fonte: Novo CAGED

Por sua vez, “tecidos, vestuário e calçados” é a única atividade com saldo negativo de empregos formais, atingindo o quantitativo de 698 demissões líquidas. O resultado discrepante pode ser explicado

por uma queda na demanda dos bens vendidos pelo segmento, provocado principalmente pela segunda onda de COVID-19, que trouxe consigo o retorno de parte do *home office* e suspensão de eventos.

Emplacamento de veículos

Os dados de emplacamentos de veículos da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE) (**Tabela 3**) mostram um aumento de 42% no total de emplacamento de veículos no Maranhão de janeiro até maio em 2021, na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Dos principais grupos, C + D (caminhão e ônibus) teve a maior variação (70%). Já nos segmentos, “ônibus” teve a maior alta (181%), influenciando substancialmente o resultado do grupo C + D. Destaca-se, também, o segmento de implemento rodoviário, que teve crescimento expressivo de 102%.

Tabela 3 - Maranhão: Total de emplacamentos de veículos por categoria no acumulado no ano e variação interanual

Segmentos	Jan-maio/20	Jan-maio/21	Variação
(A) Auto	6.463	9.374	45%
(B) Comercial Leve	1.635	2.817	72%
(A + B)	8.098	12.191	51%
(C) Caminhão	423	659	56%
(D) Ônibus	54	152	181%
(C + D)	477	811	70%
(E) Moto	11.906	15.799	33%
(F) Implemento Rodoviário	277	559	102%
Outros	261	571	119%
Total	21.019	29.931	42%

Fonte: Fenabrave

Embora a PMC não detalhe os resultados das atividades do varejo maranhense, pode-se inferir que os dados de emplacamento no estado vão ao encontro do resultado do varejo ampliado estadual (+21,1% no acumulado no ano), haja vista que essa abertura abrange a atividade “venda de veículos e

motos, partes e peças” (**Tabela 2**)¹. Outro dado que corrobora o bom desempenho da atividade é o IPCA em São Luís, no qual o item “veículo próprio” possui alta nos preços de 3,08% no acumulado no ano.

¹ Deve-se considerar que a base de comparação foi prejudicada pelo fraco desempenho dos emplacamentos nos meses de abril e maio de 2020, os quais vão ao encontro do início da crise sanitária no país.

Análise e perspectiva

A segunda alta mensal consecutiva no volume de vendas do varejo nacional mostra que o comércio manteve a reação iniciada após o primeiro trimestre. A suavização da segunda onda da COVID-19, a flexibilização das medidas restritivas e o avanço da vacinação colaboraram para mais um bom desempenho. Nas atividades, notou-se uma maior distribuição da alta para o mês, o que pode sinalizar uma retomada menos desigual entre os segmentos.

Além disso, o dia das mães, data importante para o setor, pode ter contribuído não só para a alta do mês de maio, mas também para a do mês de abril, que teve revisão no varejo restrito de 1,8% para 4,9% e no ampliado de 3,8% para 5,4%. Os dados positivos refletiram nas expectativas de longo prazo. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, por exemplo, revisou a projeção do volume de vendas do varejo restrito em 2021 de 3,9% para 4,5%².

Em relação ao Maranhão, também se verificou o segundo aumento consecutivo no volume de vendas do varejo na comparação com o mês anterior. Igualmente ao país, houve revisão dos dados de abril, implicando em uma maior alta no varejo restrito de 2,3% para 2,7% e no ampliado de 2,8% para 7,2%. Dentre os principais fatores, está o controle da pandemia no estado por meio de medidas de biossegurança menos severas, as quais permitiram que o comércio funcionasse sem maiores restrições, mitigando prejuízos econômicos no setor.

Para os meses subsequentes, pode haver continuidade da tendência de alta. Por parte do Governo Federal, a volta do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm) e do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) permitem ao comércio respectivamente alívio da folha de pagamento (e consequentemente manutenção do emprego e da renda para os empregados) e investimento ou pagamento de despesas operacionais, mediante crédito a juros baixos e com maior prazo.

Por parte do Governo Estadual, programas como o Cheque Minha Casa e o Minha Casa Melhor, ambos destinados a pessoas de baixa renda para a melhoria de seus imóveis tanto na reforma da estrutura como na aquisição de bens semiduráveis, respectivamente, ajudam a manter aquecido o varejo maranhense, haja vista que os programas abrangem todos os municípios do estado. Houve, também, o adiamento da cobrança de ICMS aos pequenos empresários, o qual beneficiou cerca de 130 mil microempresas maranhenses³.

Contudo, alguns aspectos conjunturais podem dificultar a sequência de crescimento do varejo. O IPCA de maio mostrou que a inflação acumulada em 12 meses no Brasil era de 8,06%, enquanto que em São Luís era de 9,64%. A tendência de alta do índice de preços traz a perda do poder de compra da população, afetando diretamente o comércio. Ademais, há expectativa de que a SELIC continue sua trajetória de aumento, podendo chegar em 7,25% no fim do ano segundo Relatório Focus – Banco Central do Brasil de 09 de agosto de 2021. Com isso, pode-se acelerar a redução dos estímulos à economia, essenciais para a retomada tanto do varejo como dos demais setores da economia.

² Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/07/07/apos-dado-de-maio-cnc-eleva-para-45percent-projecao-de-alta-do-varejo-restrito-no-ano.ghtml>>. Acesso: 19/07/2021.

³ Disponível em: <<https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=300316>>. Acesso: 20/07/2021.